

1. Crioulo guineense

[Cite-se a fonte da informação, na utilização deste material]

Crioulo Guineense - variedade de crioulo de base lexical portuguesa (afro-romance¹) falado na República da Guiné Bissau e na região senegalesa de Casamance. É um crioulo, cujo léxico (conjunto de palavras de uma língua) provém maioritariamente do seu superestrato (o português) e, segundo estudos actuais, a sua morfo-sintaxe (estrutura e organização interna das palavras e das frases) provém maioritariamente das línguas africanas (substrato).

Localmente chamado de *kriol* (Biasutti 1981, Scantamburlo 1981, Kihm 1994 ...), nos meios académicos é frequentemente designado por o *guineense* (Barros 1897, Do Couto 1994, Semedo 1996[?] e Scantamburlo 1999...) ou o *crioulo da Guiné Bissau* (Pinto Bull 1989) ou ainda o *crioulo guineense* (Intumbo 2006). É a língua da unidade e da concórdia nacionais, falado pela maioria da população, e língua nativa de grande parte da mesma população.

Adoptarei nesta reflexão o nome que venho usando, “crioulo guineense” (CG), numa tentativa de englobar as denominações mais consensuais no meio dos estudos linguísticos.

[Sobre a sua aquisição e o seu domínio, favor consultar um trabalho anteriormente postado neste espaço].

1. 1. Teorias sobre a sua origem

Nos meios académicos não é consensual a origem deste afro-romance, considerando as suas variantes principais (o guineense e o cabo-verdiano [Lopes, Lang, Quint, Swolkien, Veiga e outros]).

Quatro teorias procuram explicar a origem do CG:

- A primeira defende que o CG se teria formado em Cabo Verde, sendo posteriormente levado para a Guiné. Lopes da Silva, afirma: “Suponho que o crioulo falado na Guiné é, não uma criação resultante directamente do contacto do indígena com o português mas sim o crioulo cabo-verdiano de Sotavento levado pelos colonos idos do arquipélago e que, com o tempo, se foi diversificando e adquirindo caracteres próprios sob influência das línguas nativas” (Silva 1957:31). Trata-se de uma hipótese com muitos partidários em Cabo Verde.

- A segunda teoria recusa a hipótese cabo-verdiana, argumentando que esta não tem eco na Guiné-Bissau. A posição do professor Pinto Bull (1989) não é claro. Na sua opinião a maior debilidade da hipótese cabo-verdiana é o facto de não haver um registo

¹ Existe uma outra variedade do mesmo afro-romance falada em Cabo Verde, denominada localmente de *cabo-verdiano*, cuja variante de Sotavento (especialmente o santiaguense) que é mutuamente inteligível com a variedade da Guiné Bissau. Porém essa variedade não será objecto de discussão neste espaço.

de uma vinda maciça de cabo-verdianos para a Guiné, o que a ter acontecido, poderia constituir a indicação de um “transplante” do crioulo de base portuguesa cabo-verdiano, do arquipélago para o continente.

Deve ter-se em conta que nos primórdios dos contactos entre portugueses e africanos na costa da Guiné, muitos factos históricos não foram documentados e por conseguinte muito do que poderá ter acontecido não é conhecido.

Houve de facto muitas pessoas vindas de Cabo Verde para a Guiné incluindo funcionários administrativos do governo português, numa altura em que a denominação oficial da colónia continental era Guiné *de Cabo Verde* e Cabo Verde era a capital. Bull esclarece ainda que é sabido que os portugueses chegaram primeiro às costas da Guiné em 1446 e só numa das viagens de regresso à Europa uma das caravelas terá descoberto Cabo Verde, desabitado, em 1460. O Arquipélago então descoberto serviria depois como um “depósito” de escravos trazidos do continente (onde havia já contactos entre os colonos e os indígenas) através dos *lançados*, (desertores ou aventureiros) que só tinham uma solução para sobreviverem: exilar-se para o continente africano, fugindo às sanções régias... ” (Bull 1989:69) e dos *grumetes* (africanos auxiliares dos lançados). Por isso, há a hipótese de que dos contactos entre portugueses e africanos nas praças de Cacheu e Geba tenha surgido o crioulo de base lexical portuguesa que teria sido levado para Cabo Verde posteriormente.

Em relação a “suposta” adaptação do crioulo cabo-verdiano “diversificando-se e adquirindo caracteres próprios sob influência das línguas nativas”, é consensual que do ponto de vista da morfo-sintaxe é observável nos crioulos de base lexical portuguesa falados na África a predominância da morfo-sintaxe das línguas africanas de substrato, como futuramente se discutirá (embora ainda não tenham sido aplicados métodos estatísticos que permitam uma conclusão definitiva sobre essa discussão).

- Uma terceira teoria é defendida por Naro (1978:341), segundo a qual um *pidgin* de base portuguesa da costa ocidental africana poderia ter sido criado, intencionalmente, na Europa antes de ter sido levado e difundido em África, onde seria usado como *língua de reconhecimento*. Na verdade nessa altura existia em Portugal uma escola de línguas patrocinada pelo infante D. Henrique, que se destinava a treinar intérpretes para as suas expedições (cf. Chataigner 1963). É consensual a necessidade de uma língua de reconhecimento, que facilitasse os contactos entre europeus e africanos, mas é discutível que a criação intencional de uma língua seja funcional e produtivo a longo prazo.

- Rougé (1986), desvaloriza a polémica em torno da questão da origem do crioulo de base portuguesa cujas variantes se falam tanto em Cabo Verde como na Guiné (cf. Rougé 1986:37), considerando-a desprovida de interesse científico e embora considere que ambos os crioulos possam ter tido em comum um proto-crioulo, refuta a hipótese de Naro.

Tendo chegado às costas da Guiné, na região da actual Guiné-Bissau, no

século XV, os portugueses iniciaram o comércio de escravos por volta de 1510 e em 1570 construíram o forte de Cacheu. Dessas navegações e contactos pelas costas africanas resultou uma miscigenação biológica, cultural e linguística dos diferentes povos. Bull (1989) afirma que as primeiras organizações administrativas na Guiné foram as praças (cidades, no entender dos africanos) de Cacheu e de Bissau, e os presídios de Farim, de Ziguinchor, de Geba e de Lugar do Rio Nuno.

Para o controle do comércio e devido às necessidades de segurança contra o assédio dos franceses, ingleses e holandeses, os portugueses viram-se obrigados a ocupar com alguma permanência as “suas” terras. É assim que recorrem aos *lançados* e aos *grumetes*. Havia um terceiro “escalão” entre estes ocupantes, as *tangomãs*, esposas africanas dos lançados. Estes três grupos desempenharam um papel importante na génese e/ou divulgação inicial do CG. Chaudenson (1989:26) considera-os “símbolos do processo de desaculturação-aculturação” de que resultou este crioulo. Mota (1974:345) diz também que a chegada dos lançados nas terras da Guiné coincide com o período crítico da formação do crioulo. Eram a única presença efectiva dos portugueses na região dos rios da Guiné, segundo Carreira (1972:60). Da união dos lançados com as tangomãs nasceram os *filhos da terra* também conhecidos noutros lugares como mestiços, mulatos ou crioulos (Bull 1989:71).

Os lançados devem ter falado um português simplificado quer com os grumetes, quer com as tangomãs. Esse português simplificado teria sido reproduzido e modificado pelos grumetes e pelas tangomãs, resultando daí um português ainda mais simplificado, o pidgin português que poderá ter servido de *input* linguístico para os seus filhos, a primeira geração dos falantes do crioulo. Para que pudesse haver uma comunicação efectiva entre os lançados, os grumetes, as tangomãs e os filhos da terra e ainda com africanos que viviam nas periferias das praças, a língua usada tinha de ser comum e compreendida por todos. O *pidgin* português, nativizado com os filhos da terra, serviu melhor do que qualquer outra das línguas faladas na colónia para esse fim.

1.2 Estudos sobre o crioulo guineense até 1900

De la Courbe (citado em Pinto Bull 1989:83) notou que em alguns escritos de viajantes e religiosos portugueses do século XVI abundavam palavras crioulas. A primeira referência implícita ao crioulo guineense (devido ao preconceito colonial), data de 1594, e é atribuída a André Álvares de Almada (do Couto 1994:34-35) que fala de “nossa língua” por oposição à “nossa língua portuguesa”. O Professor Pinto Bull interpreta assim esta entrada de De la Courbe: “Pensamos que por “nossa língua” deve entender-se um crioulo-português” (Pinto Bull 1989:71).

A primeira referência explícita é por sua vez atribuída a Francisco de

Lemos Coelho, e data de 1684 (do Couto 1994:35), usando a expressão entre parênteses “palavras de creolo de Cachéu”. A partir de 1685, o aparecimento de múltiplas referências à palavra *creolo* leva a supor que já se tratava de uma expressão conhecida e aceite.

Em 1696, Portuense faz um relato ao rei de Portugal sobre a conversão do rei de Bissau, Becampolo Có, transcrevendo uma expressão deste no crioulo: “*Agora mi esta sabe*” (Portuense 1974/1696:103 citado em cf. Pereira 2006:21). Esta frase é muito próxima do actual crioulo guineense. Porém parece ter sido produzida no crioulo cabo-verdiano, variante de São Tiago. A mesma expressão seria *Gosi dja (ami) N’ sta sabi* ‘agora sinto-me bem’ no CG moderno.

Depois desta referência, houve um hiato e as referências ao crioulo em publicações só voltam a aparecer no século XIX, no trabalho de Bocandé (1849), em francês, no *Bulletin de la Societé de Géographie de Paris*. Numa análise algo depreciativa, comparando o crioulo ao francês, Bocandé esboça algumas notas gramaticais realçando a ausência de flexões de género, de número e de pessoa, o recurso a marcadores para formar os tempos verbais, entre outras características. Reconhece que a base lexical do crioulo é o português, e nota as variações sociais e diatópicas. Foi dos primeiros a falar da estrutura do crioulo e teve o mérito de reconhecer que o crioulo não é um dialecto do português (cf. Morais Barbosa 1967:34-37).

O padre Marcelino Marques de Barros sublinha os erros de Bocandé (Barros 1897/99: 277-78). Entre os finais do século XIX e inícios do século XX publica uma série de artigos sob o título “O Guineense”, nos quais trata das tradições e etnografia, da sua convenção para a transcrever o crioulo, de algumas questões gramaticais, da conjugação de alguns verbos, etimologias, variedades do crioulo e comparações com o crioulo cabo-verdiano. Produz também um “Vocabulário Português-Guineense”, aparentemente o primeiro. Escreve “Textos em Prosa e Verso” com tradução e comentários linguístico-etimológicos.

1.3 Desenvolvimento do crioulo guineense no século XX

Durante a época colonial, salvo raras excepções, existia uma enorme pressão contra o uso do CG em instituições oficiais como escolas, igrejas ou função pública. Contudo, o comércio e as relações interpessoais (principalmente entre pessoas do mesmo nível social) faziam-se CG. Assim pode dizer-se que o crioulo guineense foi marginalizado. A guerra da independência veio causar uma interrupção neste modelo de funcionamento e desenvolvimento do crioulo, devido à demissão dos alunos e dos professores em determinadas áreas do país por razões de segurança. Do lado da guerrilha, embora se tenha reconhecido vezes sem conta a importância do português

como a “melhor ferramenta” que os portugueses deixariam aos guineenses para se comunicarem com o estrangeiro, o essencial das relações interpessoais continuava a ser feito no CG ou nas línguas africanas das localidades ou dos falantes. Saliente-se que a comunicação durante a guerra da independência entre os guineenses das diferentes proveniências étnicas e entre estes e os guerrilheiros cabo-verdianos que também faziam parte do mesmo projecto político se realizava em crioulo.

Após a independência grandes fluxos de pessoas vieram para as cidades em busca de outras condições de vida, trazendo com elas os seus conhecimentos culturais e linguísticos. Simultaneamente, pessoas das cidades deslocavam-se para o campo e o interior. Estas incluíam professores, oficiais de saúde, seguranças, dirigentes, etc., levando igualmente os seus conhecimentos linguísticos e culturais. Foi a partir dessa altura que o CG viu ainda mais incrementada a sua função de língua franca e de unidade nacional, pois acompanhou o aumento da mobilidade dos cidadãos de todas as etnias. Ao mesmo tempo que se difundia, foi sofrendo influências e interferências de cada língua africana dos falantes. Hoje essa diferenciação do crioulo é real e pode reconhecer-se a pertença étnica ou a L1 do falante através do seu lecto do crioulo. Ao mesmo tempo que essa evolução se operava, surgia um interesse pelo CG através de estudos de especialistas nacionais e estrangeiros.

1.4 *Balanta*

[O balanta será discutido aqui como e apenas como uma ilustração de uma das línguas de substrato do CG. No campo da crioulistica tem-se referido principalmente ao wolofe e ao mandinga, como exemplos das línguas de substrato. Não conheço tecnicamente essas línguas pelo que optei pelo balanta, uma vez que tenho competências linguísticas do nível L1 (falante nativo) no balanta, variedade de Nhacra. O balanta e o wolofe pertencem ambos a família Niger Congo, grupo Oeste Atlântico (também o pepel, mancanha, manjaco, bijagó...) enquanto que o mandinga (sosso, saracolé, nhominca...) embora pertençam a família Niger Congo, são do grupo Mande].

Poderá ter sido um dos substratos mais relevantes do CG em termos de influência histórica na sua formação (são precisos mais estudos para a corroboração desta hipótese) e em termos da actual influência dos falantes bilingues e da percentagem da população e da sua interferência (como um dos adstratos). O nome balanta, originalmente de carácter pejorativo (?), seria de origem mandinga, do termo *balantó* ‘aquele que recusou’, devido à recusa dos Balantas em se converterem ao Islão. Tendo sido pressionados pelo exército fula de Koli Tinguela alguns fugiram por volta de 1490 e 1500 da região de Fouta Djalón na actual Guiné-Conacry para a região de Gabú na actual Guiné Bissau (cf. Handem 1986) onde adoptaram o nome *brassa*. Segundo D’Almada, viajante português que em 1578 confirma a presença dos balanta/brassa nas margens do rio Geba, que chamou de “o estuário Balanta ” (Handem 1986:15), uma nova invasão fula conduziria os *brassa* para Dugal, Guiné-Bissau, entre 1500 e 1514. Actualmente os balantas constituem cerca de 1/3 da população do país, divididos em vários grupos dialectais, sendo os principais o kentohe (a norte do rio Mansoa) e o fora (a sul do mesmo rio).

Tal como foi dito anteriormente, de todos os grupos etnolinguísticos, o crioulo dos falantes dos balanta apresenta algumas características distintivas, quer a nível fonológico quer a nível estrutural, em relação ao crioulo comum.

Por exemplo, no balanta não há oposição fonémica entre as oclusivas velares surda e sonora (/k/ e /g/) do CG. No crioulo comum diz-se *galinha* ‘galinha’, mas no falante L2 do crioulo (falante não nativo [do crioulo] de origem balanta) tanto poderia ser *galinha* ou *kalinha*. Noutros casos, podemos encontrar elementos morfológicos do balanta em nomes crioulos. Por exemplo, o marcador do plural para os nomes [+ humanos] em balanta é *bi-*; no crioulo comum é \emptyset para o singular (ex. *mininu- \emptyset* ‘menino’) e *-s* para o plural (ex. *mininu-s* ‘meninos’), mas no crioulo de um falante nativo de balanta poderia ser *mininu* ‘menino’ e *bi-ninu* ‘meninos’ (exemplos do autor).

Podem notar-se outras diferenças gramaticais entre o CG comum e o crioulo de um falante nativo de balanta. Note-se o caso da atriz *Male Nhassé*, no filme *Mortu Nega*, de Flora Gomes:

balanta	<i>Nge</i>	<i>a</i>	<i>ten</i>	<i>a</i>	<i>kit</i>	<i>a</i>	<i>k-tan?</i>
Male Nhassé	<i>Anta</i>	<i>bu</i>	<i>tene</i>	<i>nan</i>	<i>udju</i>	<i>na</i>	<i>trás?</i>
CG	<i>Anta</i>	<i>bu</i>	<i>tene</i>	<i>(nan)</i>	<i>udju</i>	\emptyset	<i>trás?</i>
	então	2.SG	ter	ENF	olho	na	atrás
PORT	‘Então tens olhos na nuca?’						

1.5 O Português

Aconselho a consulta dos manuais sobre esta língua, amplamente estudada e descrita.

[Sobre os seus domínios, aconselho a consulta do trabalho anteriormente postado neste espaço].

Não há estudos sobre uma variedade do português falado na Guiné Bissau, assumindo que exista. No futuro serão analisados uma série de características gramaticais observadas nos falantes (guineenses) do português e será solicitada a postagem dos resultados neste espaço.

BIBLIOGRAFIA

Barros, Pe. Marcelino Marques de. (1897/1899), (1900/1901), (1902). O guineense. *Revista Lusitana*. 5 (3, 4), 6, 7.

Biasutti, Pe. Artur. (1981). *Vocabulari Kriol-Purtugis*. Bafatá: Missão Católica de Bafatá.

- - - (1979) ‘Introduction’ to Schuchardt (1979), pg. vi-xvii

Reflexões sobre o nosso crioulo

- Bocandé, Bertrand (1849). *Sur la Guinée Portugaise ou Sénégal Méridionale*. In Bulletin de la Société de Géographie, Troisième Série. Chez Arthus-Bertrand. Librairie de la Société de Géographie. Paris
- Bull, Benjamin Pinto (1989). O Crioulo da Guiné Bissau. Filosofia e Sabedoria. Lisboa/Bissau: Instituto da Cultura e Língua Portuguesa / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.
- Chaudenson, Robert. (1986). *Créole et Enseignement du français*. Paris: L'Harmattan.
- Chataigner, Abel (1963). Le créole portugais du Senegal: observations et textes *Journal of African Languages* 2:1, pp. 203-221
- Do Couto, Hildo Honório, 1994, *O Crioulo Português da Guiné Bissau*. Hamburg: Buske, 1994.
- Handem, Diana Lima. (1986). Nature et Fonctionnement du Pouvoir chez les Balanta Brassa, Bissau, Guiné Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.
- Holm, John and Incanha Intumbo. (2007). Quantifying Superstrate and Substrate Influence. Comunicação apresentada no Congresso da Associação dos crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola. Amsterdão. in DeCamp and Hancock, pp. 61-72.
- Kihm, Alain. (1994). *Kriyol Syntax: the portuguese-based creole language of Guinea-Bissau*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins.
- Mira Mateus, Maria H. et al. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Morais Barbosa, Jorge (1967). Estudos Lingüísticos Crioulos. Lisboa. Academia Internacional da Língua Portuguesa.
- Naro, Anthony J. (1978). A study on the origins of pidginization. *Language* 54.2, pp. 314-347.
- Pélissier, René 2001: Histórias de Portugal, História da Guiné, Portugueses e Africanos na Senegâmbia 1841-1936, Vol I, 2ª Edição 2001, Edições Estampa.
- Pereira, Dulce (2006). O Essencial sobre os Crioulos de base portuguesa. Lisboa: Caminho.
- Portuense, V. (1696). Relação do baptismo de D. Pedro, Rei de Bissau, e do começo da segunda viagem à Guiné. In Mota, A.T. 1974, pp. 67-77: Editora Nimba, vol. II.
- Rougé, Jean-Louis (1986). "Uma hipótese sobre a formação do crioulo da Guiné Bissau". *Soronda* 2, pp. 28-49.
- 2004. Dictionnaire étimologique des créoles portugais d'Afrique. Éditions Karthala. Paris.
- SEMEDO, Odete Costa. **Entre o ser e o amar**. Bissau: INEP -Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1996, Col. Kebur.
- Simões, Landerset. (1935). *Babel Negra. Etnografia, arte e cultura dos indígenas da Guiné*.
- Scantamburlo, Luiggi (1981). Gramática e Dicionário da Língua Criol da Guiné Bissau (GCr). Bologna. Editrice Missionaria Italiana.
- (1999). *Dicionário do Guineense Vol. I, Introdução e Notas Gramaticais*, Edições Colibri * Fundação para o Apoio e Desenvolvimento dos Povos do Arquipélago dos Bijagós.
- (2002). *Dicionário do Guineense Vol. II*, Bissau: Fundação para o Apoio e Desenvolvimento dos Povos do Arquipélago dos Bijagós.
- Silva, Baltazar Lopes da. (1957). *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa. University Press, Hong Kong.
- Wilson, André W. (1959). Uma volta Linguística na Guiné. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*,

Reflexões sobre o nosso crioulo

Vol XIV, nº 53, Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, pp. 569-601.
Lisbon: Edições João Sá da Costa.

- - - (1962). The Crioulo of Guiné. Johannesburg: Witwatersand University Press, 49 pp.